

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

*Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.*

Apresentação: 07/09/2022 14:02 - Mesa

PL n.2426/2022

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei altera a lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para aprimorar e suprir lacunas existentes na legislação que disciplina o registro de armas de fogo e munição.

Art. 2º Os artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 23º, 24º e 27º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

3º.....  
.....

*§1º - As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei.*

*§2º - O Certificado de Registro de Arma de Fogo expedido pela autoridade competente do Sinarm ou Sigma é o documento que exterioriza o direito de propriedade da arma de fogo." (NR)*

"Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido e obter o registro no Sinarm, o interessado deverá atender aos seguintes requisitos:

*I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões que atestem não possuir condenação ou estar respondendo a inquérito policial ou ação penal por crime*



*doloso contra a vida ou mediante coação, ameaça ou qualquer forma de violência, tráfico de drogas, tráfico de armas, associação criminosa, bem como crimes hediondos e os equiparados, nas esferas estadual, federal, militar e eleitoral.*

.....

.....

.....

.....

*§9º - O requisito previsto no inciso I poderá ser suprido por certidão de objeto e pé, especialmente quando houver indícios da existência de causas excludentes de ilicitude ou punibilidade.*

*§10 – Cumpridos os requisitos previstos neste dispositivo, interessado poderá adquirir até dez armas de fogo de uso permitido e registrá-las no Sinarm.” (NR)*

*"Art.*

*5º.....*

.....

.....

.....

*§ 6º - O Certificado de Registro de Arma de Fogo também autoriza o seu proprietário a transportar a arma entre os locais descritos no caput, desde que sem munição no cano, tambor ou carregador, acondicionada em embalagem própria, separada da munição, de forma que impossibilite seu pronto uso.*

*I – o transporte da arma para fins de manutenção e treinamento, para locais autorizados, será permitido nas mesmas condições.*



*II – a inobservância das disposições do parágrafo 6º sujeitará o proprietário da arma à responsabilização pelo delito de porte ilegal de arma de fogo.*

*§7º - O proprietário de arma de fogo poderá adquirir até quinhentas munições por ano-calendário para cada arma registrada no Sinarm, mediante apresentação do Certificado de Registro de Arma de Fogo”. (NR)*

*"Art. 6º O porte de arma de fogo, com validade em todo o território nacional, é pessoal, intransferível e será concedido para:*

*.....  
.....  
.....  
.....*

*§ 8º – nos casos previstos em demais leis, o exercício do direito ao porte de arma de fogo se fará mediante a apresentação do certificado de registro da arma de fogo no Sinarm ou Sigma, além da carteira de identidade funcional”. (NR)*

*"Art.*

*8º.....  
.....*

*§1º É permitido o uso de arma dos acervos de tiro desportivo, caça e colecionismo para defesa pessoal e do acervo, nos casos de legítima defesa.*

*§2º É permitida a guarda de no máximo oito armas no total, dentre as pertencentes aos acervos de tiro desportivo e caça, em condições de pronto uso, para os fins do parágrafo anterior, sob responsabilidade do proprietário”. (NR)*



*"Art. 9º Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores, e guias de trânsito de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional".*  
(NR)

*"Art.*

*23 .....*  
*.....*  
*.....*

*§5º Na classificação prevista no caput serão consideradas armas de uso permitido:*

*I – de porte, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules;*

*II – portáteis de alma lisa;*

*III – portáteis de alma raiada, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules;*

*§6º A classificação poderá considerar de uso permitido armas com energia superior às previstas no parágrafo anterior".* (NR)

*"Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e*



*fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores.*

*Parágrafo único a taxa para a emissão do porte de arma de fogo é a constante no anexo desta lei". (NR)*

"Art.

27. ....

.....

*§1º O disposto neste artigo não se aplica às aquisições dos Comandos Militares.*

*§2º A excepcionalidade para calibres restritos previstas no caput importa na comprovação, pelo Atirador ou Caçador, do exercício de atividade esportiva ou controle de fauna exótica compatível com o calibre requerido." (NR).*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de alterar a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "*dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências*", a fim de aprimorar a legislação às necessidades e ao direito dos cidadãos que pretendem e estejam habilitados a possuir ou portar arma de fogo para garantir a sua legítima defesa, de seus familiares, de sua propriedade e de terceiros, bem como adequar aspectos da legislação referentes às atividades dos caçadores e



atiradores, com o fito de sanar lacunas existentes no ordenamento jurídico.

Para tanto, propõe-se a alteração e a inclusão de alguns dispositivos da Lei, senão vejamos:

- 1) Inclusão, no art. 3º, de um §2º, que dispõe que o Certificado de Registro de Arma de Fogo expedido pela autoridade competente do Sinarm ou Sigma é o documento que exterioriza o direito de propriedade da arma de fogo;
- 2) Alteração do *caput* do art. 4º, para acrescentar a expressão "*e obter o registro no Sinarm*";
- 3) Alteração do inciso I do art. 4º e inclusão de um §9º no referido artigo, para especificar os instrumentos de comprovação de idoneidade;
- 4) Inclusão de um §10 ao art. 4º, para estabelecer quantidade de armas a serem adquiridas, cumpridos os requisitos;
- 5) Inclusão de um §6º ao art. 5º, a fim de dispor que o Certificado de Registro de Arma de Fogo autoriza o seu proprietário a transportar a arma entre a residência ou domicílio e o local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa, bem como estabelece condições para tanto;
- 6) Inclusão de dois incisos e de um §7º ao art. 5º, a fim de autorizar o transporte da arma com a finalidade de manutenção e treinamento, de atribuir o delito de porte ilegal de arma de fogo àquele que deixa de cumprir as condições e estabelecer quantidade munições a serem adquiridas para cada arma registrada no Sinarm;
- 7) Alteração da redação do *caput* do art. 6º, bem como a inclusão de um §8º no referido artigo para estabelecer que o exercício do direito ao porte de arma de fogo se



fará mediante a apresentação do certificado de registro da arma de fogo no Sinarm ou Sigma, além da carteira de identidade funcional nas hipóteses previstas em outros diplomas legais do ordenamento jurídico brasileiro;

- 8) Inclusão de um §1º e de um §2º ao artigo 8º para autorizar o uso de arma dos acervos de tiro desportivo, caça e colecionismo para defesa pessoal e do acervo, nos casos de legítima defesa, sendo estabelecida a quantidade máxima de armas a serem guardadas em condições de pronto uso;
- 9) Alteração da redação do art. 9º para atribuir ao Comando do Exército a competência para o registro e a concessão de porte de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores, e guias de trânsito de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional;
- 10) Inclusão de um §5º e três incisos, bem como de um §6º ao art. 23, a fim de especificar as armas a serem consideradas de uso permitido;
- 11) Alteração da redação do *caput* do art. 24 para incluir o registro e o porte de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores no rol de fiscalização do Comando do Exército;
- 12) Inclusão de um parágrafo único para estabelecer que a taxa para a emissão do porte de arma de fogo é a constante no anexo da lei;
- 13) Inclusão de um §2º ao art. 27 para estabelecer a necessidade de comprovação, em hipótese de excepcionalidade, por parte do atirador ou do caçador, do exercício de atividade esportiva ou controle de fauna exótica compatível com o calibre restrito requerido.



Ante o exposto, conto com o apoio dos nobres pares no sentido da aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 2022.



Deputado **ALEXANDRE LEITE**  
UNIÃO/SP

